

# Para que serve a Universidade portuguesa

A. J. Saraiva

Desde os tempos de el-rei D. Dinis que a Universidade portuguesa está em crise. Mas talvez nunca ela tivesse atingido um nível tão baixo como nos últimos anos.

Que se saiba, ela nunca brilhou na nossa vida intelectual. A investigação fez-se sempre à margem dela. Para nos limitarmos ao século XIX e às Ciências humanas, Herculano, Oliveira Martins, Esteves Pereira e Lúcio de Azevedo foram, nas suas disciplinas, autodidactas. José Leite de Vasconcelos era formado em Medicina. António Sérgio cursou a Escola Naval. Adolfo Coelho, o iniciador da nossa linguística, não tinha o curso completo do Liceu. José Leite e Adolfo ensinaram no Curso Superior, depois Faculdade de Letras, já depois de serem célebres como investigadores formados à margem desse curso.

Nos tempos da Renascença a Universidade em nada contribuiu para as navegações, em nada acrescentou a riqueza cultural do País. Quem queria aprender fazia-o em Paris ou em Salamanca, onde estudou Pedro Nunes. No século XVII ela foi um atraso de vida. A cátedra serviu para prolongar artificialmente a Escolástica, medieval, num tempo em que esta era só um obstáculo ao progresso científico. Se não tivesse existido não se dava pela falta dela.

Mas a Universidade tem um grande, um indispensável papel na nossa vida nacional: passar diplomas. É ela que fabrica os bachareis e os doutores. Não ensina, não investiga, mas como podia existir o País sem ela? É indispensável para desenvolver o verbalismo, o formalismo, o conformismo, a incapacidade de «fazer» e de tomar iniciativas que caracteriza o nosso pessoal dirigente. Quem, se não ela, produziria o conselheiro Acácio, «bacharel como toda a gente»?

O marquês de Pombal levantou Lisboa do terramoto, mas nada pôde contra a Universidade. Da sua reforma ficaram as pedras mortas: alguns jardins botânicos e gabinetes físicos. Os homens não mudaram. A reforma da República foi apenas de superfície: mais uma universidade, mais umas tantas faculdades, o que só serviu para multiplicar o problema.

Nos tempos de Salazar reconheceu-se a necessidade de reformar a Universidade. Mas a Universidade estava no poder e não podia esperar-se que ela se reformasse e si própria. O professor Veiga Simão, em vista disso, tentou contornar a dificuldade criando as «universidades novas». Mas o problema era de «gente», e quem, em última análise, escolheu o pessoal das universidades novas foi o pessoal das universidades velhas. A velha Universidade reproduziu-se a si mesma. O recrutamento das universidades novas fez-se pela atracção que aproxima as células afins, através dos conhecidos processos que fazem que o País seja cada vez mais o mesmo.

O safanão do 25 de Abril só podia ter sido útil. Em caso algum a Universidade podia ficar pior. Mas nisto, como em quase tudo,

ele foi um grande arraial de retórica. Os saneamentos não trouxeram grande benefício, porque se houve saneados não houve saneamento. Os que entraram eram tão bons como os que saíram. Tentou-se na Faculdade de Letras uma reforma rasgada e generosa; mas foi à nascença despoletada pela falta de direcção, pelo espontaneísmo e pela parcialidade partidária. Além de que os poderes públicos a ignoraram. O ministério Cardia limitou-se a restabelecer a letargia secular, resignando-se à fatalidade.

Uma coisa me parece certa: a Universidade nunca se reformará a si própria. O problema não é de organigramas ou de programas, de departamentos a mais ou a menos. O problema é de homens.

Ora o recrutamento do pessoal novo é feito segundo os critérios do pessoal antigo. Os catedráticos escolhem e promovem os assistentes à sua imagem e semelhança, e eles próprios foram promovidos à imagem e semelhança dos anteriores. De modo que os candidatos à carreira universitária nunca podem salientar-se pela sua personalidade científica. Pelo contrário, se a têm devem fazer prodígios de habilidade para a esconderem. O conformismo e a bajulação são os grandes triunfos para vir a ser catedrático. Ou então uma indigência mental tão completa e natural que não levante quaisquer suspeitas. Isto acontece, inclusivamente, com catedráticos de verdadeiro nível científico mas que gostam de ver à sua volta homens submissos e sem opiniões próprias. Reinar sobre discípulos obedientes é um prazer a que raros resistem.

Pode objectar-se que há os concursos públicos. Mas é extraordinário como os concursos públicos não impedem o acesso de candidatos cuja indigência intelectual é notória. Os júris votam como se o público não tivesse olhos, nem ouvidos, nem opinião. Procedem como se lhes faltasse o sentimento natural de vergonha que as pessoas têm quando há testemunhas. Currículos ridículos, má reputação entre os alunos, desconversa quando os candidatos não percebem as perguntas que lhes fazem, interrogatórios que servem para o catedrático se exhibir a si mesmo, e não para apurar o nível do candidato — tudo se tem visto.

Tais concursos mostram simplesmente que a Universidade perdeu o respeito por si própria.

O que é que pode sair de semelhante instituição? Que competência tem ela para orientar a investigação científica? Ou simplesmente para formar professores? Como pode ela atrair os estudiosos?

Resta-lhe o papel que tem sido tradicionalmente o seu: conferir diplomas. Se é isso que se lhe pede, é demais exigir-se aos universitários currículos científicos ou pedagógicos, e pode dispensar-se a comédia dos concursos. Discute-se actualmente o estatuto da carreira docente. Propomos para já que se faça a promoção por ordem de antiguidade.